

Tendências da Cooperação Internacional: impactos sobre as organizações da sociedade civil





*(...) Será preciso apagar as fronteiras
E disseminar um novo curso
Será preciso subir até a ponta do pelo do urso
para enxergar a trilha dos formigueiros.*

E aprender a geometria das abelhas.

*Será preciso chamar os peixes pelo nome
E entender o carbono, o éter, a música.
E semear a grama para futuros futebóis.*

*Será preciso reinventar o fogo
E fazer dele uma grande fogueira
E reinventar a roda
Em uma grande ciranda.*

Trecho do poema incidental de Ezter Liu
para Beira de Mar, composição de PC Silva

Expediente

**Tendências da Cooperação Internacional:
impactos sobre as organizações** da sociedade civil é uma publicação do
PAD - Processo de Articulação e Diálogo

A publicação é uma sistematização de **Roda de Diálogo** realizada pelo PAD, online em 15 de abril de 2025.

Secretaria Executiva: **Júlia Esther Castro França**

Coordenação Executiva:

Alexandra Borba - Movimento dos Atingidos por Barragens - MAB

Marcos Silva - Ação Educativa

Sônia G. Mota - Coordenadoria Ecumênica de Serviço - CESE

Vicente Puhl - Heks-Eper

Waneska Bonfim - Diaconia

Comunicação: **Kátia Visentainer**

Sistematização: **Luciana Pinto** – Reinvento Criatividade em Gestão Social

Diagramação e Arte: **Mayra Souza**

Facilitação Gráfica: **Mônica Santana**

PAD – Processo de Articulação e Diálogo



www.pad.org.br



x.com/padbrazil



instagram.com/padbrasil



facebook.com/PADBrasil

Participantes da Roda de Diálogo

Luiz Ramalho - Sociólogo e Economista

Aurélio Vianna - Diretor sênior de programas da Tenure Facility no Brasil

Luiza Jardim - Coordenadora de Programas na People Powered

Fabiana Kuriki - Coordenadora de Programas Brasil e Colômbia, e Desk de Monitoramento e Avaliação em terre des hommes schweiz (Basileia)

Maria Elena Rodriguez - diretora Adjunta do BRICS Policy Center e Coordenadora do seu Laboratório de Cooperação e Financiamento para o Desenvolvimento (LACID)

Jonathas Azevedo - Diretor Executivo na Rede Comuá

Moderação

Mércia Alves - Integrante da coordenação colegiada do SOS Corpo

- Instituto Feminista para a Democracia

Sumário

A Lista de Siglas e significados	07
I – Para abrir a roda	09
II - Contexto da Ação	10
2.1 - A Cooperação Internacional no mundo em transe	10
2.2 - Os gastos com segurança podem impactar os recursos da Cooperação	11
III – Fios em disputa: o contexto da Cooperação Internacional	12
3.1 - O cenário dos Estados Unidos - impactos e tendências	12
Primeira parte:	
Multilateralismo e financiamento climático em confronto	12
Segunda parte:	
O cenário político americano, estratégias de desmobilização da sociedade e esforços de respostas	16
3.2 - União Europeia: as novas encruzilhadas do desenvolvimento global	20
3.3 - A posição da Suíça e os efeitos para a América Latina	24
3.4 - A cooperação internacional chinesa: estratégias, limites e possibilidades	27
3.5 - Filantropia em tempos de recuo democrático: riscos, tensões e caminhos	30
IV – Sementes do pensar coletivo	34
V – O que as tessituras nos indicam	36
🌐 Multilateralismo e Reposicionamento Global da Cooperação	36
💰 Filantropia Privada e Sustentabilidade Financeira	36
🌐 Incidência Política e Defesa da Sociedade Civil	37
🤝 Fortalecimento da Sociedade Civil e Cooperação Horizontal	37
📣 Advocacy, Comunicação e Segurança	37
🌐 Gestão de Risco e Planejamento Estratégico	38
VI - Considerações Finais	40

Lista de Siglas e significados

- **Bloomberg Philanthropies** – Fundação de apoio à saúde pública, meio ambiente e educação
- **BRI** – Belt and Road Initiative (*Iniciativa Cinturão e Rota*)
- **BRICS** – Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul (*bloco de países emergentes*)
- **CEBI** – Centro de Estudos Bíblicos
- **CESE** – Coordenadoria Ecumênica de Serviço
- **Comuna** – Rede brasileira de filantropia para justiça social
- **COP30** – 30ª Conferência das Partes sobre Mudança do Clima da ONU
- **Council on Foundations (COF)** – Conselho de Fundações dos Estados Unidos
- **FAO** – Organização das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura
- **FGV-EAESP** – Fundação Getúlio Vargas – Escola de Administração de Empresas de São Paulo
- **FLD** – Fundação Luterana de Diaconia
- **Ford Foundation** – Fundação filantrópica dedicada a justiça social e redução da pobreza
- **FTS** – Financial Tracking Service
- **GIFE** – Grupo de Institutos Fundações e Empresas
- **GPE** – Global Partnership for Education (Parceria Global pela Educação)
- **IESP-UERJ** – Instituto de Estudos Sociais e Políticos da Universidade do Estado do Rio de Janeiro
- **IRI** – Instituto de Relações Internacionais
- **LACID** – Laboratório de Cooperação e Financiamento para o Desenvolvimento
- **LSE** – London School of Economics
- **MacArthur Foundation** – Fundação filantrópica norte-americana de apoio a projetos inovadores
- **NGO/ONG** – Non-Governmental Organization / Organização Não Governamental
- **ODS** – Objetivos de Desenvolvimento Sustentável
- **OMS** – Organização Mundial da Saúde
- **ONU** – Organização das Nações Unidas
- **Open Society Foundations** – Fundação criada por George Soros para apoio à democracia e direitos humanos
- **PAD** – Processo de Articulação e Diálogo
- **PNUD** – Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
- **PUC-Rio** – Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro

- **PUC-RS** – Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (*implícita em alguns casos de formação*)
- **SOS Corpo** – Instituto Feminista para a Democracia
- **TBFM** – Trust-Based Philanthropy Movement
- **Tenure Facility** – Iniciativa global para direitos fundiários de comunidades locais e povos indígenas
- **UFF** – Universidade Federal Fluminense
- **UFMG** – Universidade Federal de Minas Gerais
- **UN Women / ONU Mulheres** – Entidade das Nações Unidas para a Igualdade de Gênero e o Empoderamento das Mulheres
- **UNESCO** – Organização das Nações Unidas para a Educação, a Ciência e a Cultura
- **EUSAID** – United States Agency for International Development (*Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional*)
- **EUTFFF** – Tropical Forests Forever Fund (Fundo Florestas Tropicais para Sempre)



I – Para abrir a roda

Por: coordenação do PAD

O Processo de Articulação e Diálogo entre Agências de Cooperação Ecumênica Europeia e Parceiros Brasileiros – PAD nasceu em 1998, constituída por organizações da sociedade civil, agências de cooperação, movimentos sociais e entidades baseadas na fé, que promove reflexões sobre as Tendencias da Cooperação para o Desenvolvimento, sobretudo, a partir dos programas de cooperação com OSC's e como estes impactam junto aos territórios, comunidades e grupos com os quais as OSC's atuam.

Diante das mudanças que estão ocorrendo mundialmente, compreendeu-se ser necessário promover um momento de atualização e reflexões com o objetivo de observar as novas tendências das relações de cooperação.

Para aprofundar no tema e ouvir especialistas da Cooperação Internacional dos principais países envolvidos, o PAD - Processo de Articulação e Diálogo organizou uma Roda de Diálogo que foi transmitida ao vivo e com ampla participação do público, com questões e comentários.

Uma próxima Rode de Diálogo será realizada em novembro de 2025, na cidade de Belém por ocasião da Cúpula dos Povos/COP 30, para continuidade do debate e as análises das tendencias das políticas de cooperação e estratégias das organizações da sociedade civil com vistas a incidir a sobre tais políticas e pensar coletivamente os novos métodos de cooperação.

II - Contexto da Ação

Por: coordenação do PAD

2.1 - A Cooperação Internacional no mundo em transe

As mudanças na política mundial afetam drasticamente os métodos de Cooperação Internacional. A vitória de Donald Trump nos Estados Unidos, a eleição de Friedrich Merz, líder da CDU na Alemanha, as disputas geopolíticas no mundo, são temas caros na discussão dos rumos da cooperação.

A cooperação internacional para o desenvolvimento é fundamental para promover a solidariedade internacional e regional e é uma solução para enfrentar as crises globais. Como ficarão os mais vulneráveis do mundo e os países mais pobres – dependentes da ajuda internacional, em meio a essa crise global?

A cooperação internacional para o desenvolvimento já vem, há alguns anos, passando por mudanças devido às dinâmicas globais de desenvolvimento. Entre elas, novos paradigmas na “ajuda para o desenvolvimento”, tentando superar a lógica unilateral de doadores do Norte a governos e organizações do Sul, nos debates sobre descolonização, “desenvolvimento global” e “investimento público global”.

O retorno de Trump à Casa Branca muda os rumos da políticas externa, comercial e econômica dos EUA e impacta o planeta. O presidente dos EUA cumpriu no primeiro mês de governo sua promessa de provocar “choque e temor”. Diversas ordens executivas e medidas unilaterais estão causando mudanças no comércio global, nos conflitos existentes e na percepção mundial sobre o papel dos EUA. Em janeiro de 2025, Trump anunciou a paralisação da Agência dos Estados Unidos para o Desenvolvimento Internacional (USAID), principal órgão de ajuda externa do país, além de outras restrições à Cooperação Internacional. Essa decisão suspendeu abruptamente bilhões de dólares destinados a projetos ao redor do mundo – incluindo o Brasil.

A dinâmica global tem sido dominada pela competição contínua entre EUA e China, e uma importante frente de batalha está no setor de desenvolvimento, enquanto Washington e seus aliados competem contra Pequim por influência no sul global. Em 2018, o governo chinês criou a autônoma Agência de Cooperação para o Desenvolvimento Internacional da China, para agilizar os gastos da China, incluindo seu programa de investimento estrangeiro, a iniciativa Cinturão e Rota (BRI).

A Europa, por sua vez, está reestruturando sua ajuda ao desenvolvimento, mudando de subsídios tradicionais para financiamento baseado em investimentos, ao mesmo tempo em que corta orçamentos e prioriza a defesa, levantando preocupações sobre o futuro do desenvolvimento global.

2.2 - Os gastos com segurança podem impactar os recursos da Cooperação

O plano para turbinar os investimentos da UE em defesa flexibiliza regras de endividamento, sacrificando uma política de austeridade que estava em vigor desde a crise do euro, em 2008. Com isso, a UE elevará seus gastos militares a um patamar inédito desde o fim da Guerra Fria: cerca de 650 bilhões de euros (R\$ 4 trilhões) na soma dos orçamentos nacionais, mais 150 bilhões de euros (R\$ 928 bilhões) em empréstimos oferecidos pela Comissão Europeia, órgão executivo da UE, possibilitando compras conjuntas de equipamentos militares, especialmente em áreas em que a Europa atualmente depende dos EUA.

Com o aumento dos investimentos em defesa na Europa, os recursos da Cooperação Internacional para o Desenvolvimento serão reduzidos. Enquanto a maior parte da atenção está voltada para o desmantelamento do aparato de ajuda externa dos Estados Unidos, a Europa está passando por sua própria reformulação – que começou muito antes do presidente Donald Trump assumir o cargo. A retórica recente da administração Trump dizendo à Europa para se defender levou o continente a uma ação orçamentária, mas o continente vem repensando sua estratégia de desenvolvimento há anos. Além dos cortes generalizados, o financiamento europeu para o desenvolvimento está mudando de programas baseados em subsídios de CID para projetos focados em investimentos que beneficiam explicitamente os países europeus e os bancos europeus.

Com isso, países europeus comprometidos com a ajuda humanitária e a cooperação internacional para o desenvolvimento anunciam cortes no montante destinado à ajuda. Isso tem levantado preocupações sobre o futuro do desenvolvimento global.

Países como Alemanha, Holanda, Reino Unido, Suíça, França e Suécia já anunciaram grandes cortes nos recursos destinados à Cooperação Internacional para o Desenvolvimento, o que coloca os mais vulneráveis e Organizações da Sociedade Civil financiados por recursos destes países sem situação complicada.

III - Fios em disputa: o contexto da Cooperação Internacional

3.1 - O cenário dos Estados Unidos - impactos e tendências

Luiza Jardim e Aurélio Vianna

Primeira parte: Multilateralismo e financiamento climático em confronto

Por: Aurélio Vianna¹

Vivencia-se atualmente uma série de transformações no campo da cooperação internacional. Embora muitas dessas mudanças ainda estejam em curso, sem que haja tempo suficiente para análises consolidadas, já é possível identificar algumas tendências que merecem atenção e reflexão.

O que se reconhece em andamento atualmente é uma reconfiguração do sistema de cooperação internacional criado no pós-guerra. Trata-se de um processo profundo, que inclui o questionamento das instituições multilaterais e do próprio multilateralismo. Esse cenário se estende a instrumentos como a Convenção do Clima e outras estruturas de governança global, afetando diretamente os mecanismos de financiamento e articulação internacional – incluindo o financiamento climático.

A cooperação internacional contemporânea é formada por diferentes frentes: organismos multilaterais, agências bilaterais (como a USAID) e também a filantropia de alcance global. Esta última, embora não seja estatal, integra o sistema internacional de apoio à sociedade civil, articulando-se com os demais mecanismos de financiamento. É nesse contexto que se insere o crescente protagonismo da agenda climática.

A emergência climática consolidou-se nos últimos anos como um ponto comum entre diferentes países e sociedades, e tornou-se uma referência estruturante para a ação local e global, em função da sua abrangência e impacto. Essa centralidade tem moldado a cooperação internacional, inclusive em sua intersecção com os direitos humanos e territoriais.

¹ Aurélio Vianna é Antropólogo com ampla trajetória em filantropia. Especialista em organizações sem fins lucrativos, desenvolvimento sustentável, análise de políticas e direitos fundiários. Oficial sênior de programas da Tenure Facility no Brasil.

No entanto, essa arquitetura também está sendo pressionada por mudanças políticas domésticas em diversos países, incluindo os Estados Unidos, onde medidas recentes apontam para o enfraquecimento de compromissos multilaterais. Essa guinada não se limita ao conservadorismo interno, mas também é impactada por fatores como a guerra na Europa, que tem deslocado recursos para áreas como o rearmamento militar, afetando diretamente os volumes disponíveis para a cooperação internacional.

Nesse contexto, uma questão ainda está em aberto: a reação da filantropia norte-americana diante dessas transformações. A dúvida é: como esse setor reagirá às mudanças políticas e à retração do governo dos EUA em compromissos internacionais? Os efeitos sobre o volume e o direcionamento dos recursos ainda estão sendo observados e serão mais visíveis nos próximos meses.

Por outro lado, apesar das incertezas no cenário global, o Brasil vive um momento estratégico com a realização da COP30 em Belém. Um dos principais temas do evento será o financiamento climático, o que coloca o país no centro de discussões internacionais determinantes. Mesmo com o recuo dos Estados Unidos, as demandas e compromissos da agenda climática permanecem vigentes.

Duas propostas vêm ganhando relevância no debate global, ambas com forte incidência de movimentos territoriais:

- A promessa internacional conhecida como “Pledge”, firmada em Glasgow, com o compromisso de direcionar 1,7 bilhão de dólares à agenda indígena e de comunidades locais. Apesar das críticas à execução direta dos recursos, o compromisso sinalizou uma inflexão importante na agenda da cooperação.
- A criação do Fundo Florestas Tropicais para Sempre – UTFFF, defendido pelo governo brasileiro e outros países do Sul Global, como um mecanismo financeiro internacional que articula conservação ambiental e direitos territoriais. Há expectativa de que parte significativa dos recursos desse fundo – estima-se 20% – seja destinada ao apoio direto às organizações indígenas e povos tradicionais, embora essa porcentagem ainda esteja em debate.

Esses exemplos demonstram que debater sobre a cooperação internacional hoje significa, ao mesmo tempo, discutir financiamento climático. As análises sobre a cooperação e seus recursos precisam considerar a interdependência com a agenda ambiental e os direitos territoriais.

Outro ponto importante é o surgimento de novos atores que estão moldando esse debate. Movimentos territoriais organizados, especialmente o movimento indígena internacional e as comunidades tradicionais, vêm assumindo protagonismo. Apresentam propostas próprias de gestão financeira, como os fundos territoriais coordenados pelos próprios movimentos, e estruturas como a Aliança Global de Comunidades Territoriais. Essa aliança, por exemplo, articula fundos nacionais e regionais sob governança dos próprios povos.

Diante desse panorama, algumas propostas e sugestões para a sociedade civil tornam-se centrais:

- Mapear e fortalecer mecanismos autônomos de financiamento que possam garantir maior estabilidade e protagonismo dos movimentos sociais e territoriais;
- Acompanhar criticamente a implementação de promessas de financiamento, como o Pledge, exigindo maior transparência sobre o repasse direto às organizações de base;
- Aproveitar o contexto da COP30 para qualificar a incidência política sobre o financiamento climático, especialmente com foco na justiça climática e na defesa dos direitos dos povos e comunidades tradicionais;
- Ampliar o diálogo com atores filantrópicos internacionais, defendendo a continuidade e ampliação do apoio às agendas de direitos em contextos de retração estatal;
- Reconhecer o financiamento climático como uma das principais frentes da cooperação internacional contemporânea, exigindo participação direta e efetiva das organizações da sociedade civil na definição dos critérios de distribuição dos recursos.

As transformações em curso no sistema de cooperação internacional, ainda que desafiadoras, mas também abrem oportunidades. O fortalecimento da sociedade civil global, especialmente aquela enraizada nos territórios, dependerá da capacidade de leitura crítica e de ação estratégica frente aos novos arranjos de poder e financiamento que estão se desenhando.

A Agenda Climática

Financiamento ameaçado pelo contexto atual

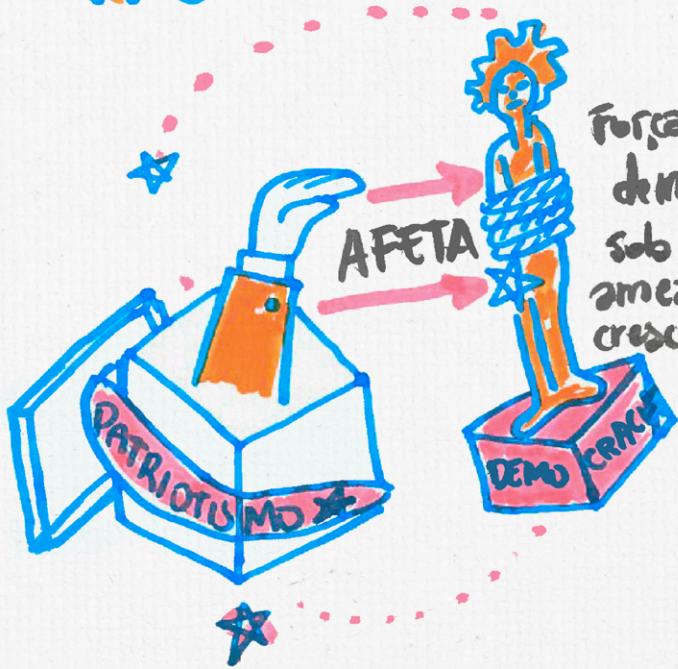
A EXTREMA DIREITA É NEGACIONISTA CLIMÁTICA



A CALAMIDADE CLIMÁTICA COLOCA EM PAUTA O MODELO DE DESENVOLVIMENTO

AS GUERRAS NA EUROPA

IMPACTAM NA DESTINAÇÃO DE RECURSOS DA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL



Forças democráticas sob ameaça crescente

AURÉLIO VIANA

JR. ANTROPOLOGO ESPECIALISTA FILANTROPIA

REPOSITIONAMENTO DOS RECURSOS GLOBAIS

COP 30

O BRASIL É ALVO DO INTERESSE INTERNACIONAL POR SUAS PRÁTICAS RESISTÊNCIA E CONSERVAÇÃO



Segunda parte:

O cenário político americano, estratégias de desmobilização da sociedade e esforços de respostas

Por: Luiza Jardim²

Nos Estados Unidos, o presidente Donald Trump, vitorioso nas últimas eleições americanas, e empossado em 20 de janeiro de 2025, iniciou seu segundo mandato com o anúncio do congelamento de todos os recursos destinados à ajuda externa, especialmente os repassados por meio da USAID – principal agência de fomento internacional. Com um orçamento de 42 milhões de dólares (aproximadamente 250 milhões de reais), a agência é responsável atualmente por cerca de 42% da ajuda humanitária global.

Esse corte abrupto levanta uma questão urgente: como as organizações que dependem desses recursos conseguirão se manter? Muitas estão sendo forçadas a uma reinvenção emergencial para garantir a própria sobrevivência e de suas ações. E esse foi apenas o primeiro de uma série de anúncios que afetaram também outras agências de apoio internacional, incluindo aquelas voltadas ao combate à fome e à pobreza no mundo.

Surge então uma questão central: por que a sociedade civil americana vem reagindo de forma tão frágil a essas e outras medidas? Diversas hipóteses podem ser levantadas, mas é importante destacar o papel da própria estratégia do governo Trump na contenção da mobilização, e perceber como esse modelo influencia outras realidades. É fato que há tentativas iniciais de enfrentamento, como ações judiciais que, em alguns casos, resultaram na liberação de pagamentos pontuais. Mas isso ainda diz pouco, se comparado ao que é necessário para enfrentar um cenário de incerteza que se impõe.

Um primeiro passo, talvez seja entender que as medidas adotadas pelo governo americano estão longe de se confundirem com ações pontuais, desprovidas de articulação e intencionalidade orientada à desmobilização da sociedade civil. Nesse contexto, chama-se atenção para três estratégias principais adotadas pelo governo norte-americano:

A **coerção** aparece como uma estratégia direta e imediata. Medidas aparentemente pontuais – como “simples” a troca do nome de uma praça com valor simbólico às lutas e movimentos sociais locais – tornam-se instrumentos de silenciamento. Outros exemplos, incluem o corte de repasses federais para o governo de Washington, afetando diretamente políticas públicas e, com isso, reduzindo a capacidade de resistência da gestão local.

²Luiza Jardim é Coordenadora de Programas na People Powered, rede global de democracia participativa. Atua com participação social, inclusão, democracia digital e gestão de comunidades. Mestre em Ciéncia Política (UFMG) e doutoranda em Administração Pública e Governo (FGV-EAESP).

Mesmo diante desse cenário, algumas instituições se posicionam contra o governo, como foi o caso da Universidade de Harvard, que se opôs publicamente a medidas impostas pela administração Trump. Em consequência, teve um corte de 2,3 milhões de dólares em seu orçamento, outra estratégia sobre a qual se abordará logo mais nesse documento. Apesar de Harvard ter um maior grau de autonomia financeira para lidar com essa perda, essa não é a realidade da maioria das instituições públicas e acadêmicas do país.

Uma segunda estratégia é a de **retaliação**, que envolve ações contra indivíduos que expressam posicionamentos críticos. Como exemplo, pode-se mencionar o caso de um estudante preso por se manifestar sobre os massacres que assolam o povo palestino. Em outra situação, lembra-se uma estudante turca detida por sua nacionalidade, ilustram a intimidação e o medo gerados pelo governo. O resultado é o enfraquecimento do impulso de manifestação, seja individual, seja em uma perspectiva de mobilização mais ampla.

O impacto mais profundo se dá com a estratégia dos **cortes no financiamento**. Não só como punição às discordâncias públicas, como foi o caso já mencionado da Universidade de Harvard, mas em uma perspectiva bem mais ampla. Desde o início de 2025, diversas organizações da sociedade civil sediadas nos Estados Unidos enfrentam demissões em massa, reestruturações forçadas e redefinições de programas. Em alguns casos, até 75% das equipes foram desligadas, sobre-carregando os que permanecem e comprometendo desde a saúde mental das equipes que permanecem, até a continuidade e a qualidade das ações previstas.

Diante desses desafios, algumas respostas vêm sendo construídas por organizações da sociedade civil americana, merecendo destaque:

- A criação de redes colaborativas, envolvendo instituições dos EUA e de outros países, como forma de proteção frente a novos cortes ou sanções.
- Fortalecimento do planejamento estratégico, com destaque para o planejamento de riscos. Antecipar possíveis cenários críticos e definir diretrizes para enfrentá-los evita decisões apressadas. Um exemplo é adaptar programas presenciais para formatos online, por exemplo, vêm se configurando como uma saída, em alguns casos.
- Uso de ferramentas digitais de apoio à gestão de crises e tomada de decisão, que oferece orientação para diferentes cenários e encaminhamentos organizacionais.
- Estabelecimento de parcerias com outras organizações, especialmente para participação em editais nos quais uma determinada organização pode não ser elegível de forma individualizada. A atuação em rede amplia as possibilidades de captação de recursos e favorece a complementariedade de expertises, territórios e públicos.

- Desenvolvimento de estratégias de advocacy e comunicação ajustadas ao cenário atual, que permitam manter a defesa de valores, princípios e temáticas de atuação, como, por exemplo, a inclusão e a diversidade, sem comprometer a segurança institucional ou a elegibilidade para novos financiamentos.
- Avaliação contínua dos riscos políticos de se posicionar publicamente. É fundamental oferecer capacitação às equipes para comunicação estratégica e segurança digital, minimizando riscos de ataques, perseguições ou boicotes.

Essas estratégias são especialmente relevantes para organizações brasileiras, que também viveram um ciclo recente de ameaças à sociedade civil. Apesar de um cenário de aparente estabilização, é preciso permanecer atentas às tendências globais e seus impactos no contexto nacional, elaborando respostas preventivas.

Por fim, no que se refere à captação de recursos, os cortes promovidos pelo governo americano afetaram diretamente não apenas as organizações que recebiam apoio da USAID, mas também aquelas que acessavam repasses por meio de instituições intermediárias. Com isso, cresce a insegurança e a competição por fundos cada vez mais escassos.

Diante desse novo quadro, diversificar as fontes de financiamento é uma estratégia-chave. Apostar em apenas um grande financiador torna a organização vulnerável. Buscar fontes variadas e explorar modelos alternativos de receita – sem, contudo, comprometer o foco institucional com iniciativas improvisadas – é essencial para a sustentabilidade.

Em momentos de crise, há uma tendência à reinvenção. Mas é preciso cautela: nem sempre é o momento ideal para lançar novos serviços sem comprovação de impacto ou sem estrutura adequada para sustentá-los. Frequentemente, manter e fortalecer o que já se faz bem é mais prudente do que se expandir sem segurança. Reduzir custos e priorizar estratégias consolidadas são alternativas eficazes frente aos novos desafios. O momento exige resiliência, criatividade e colaboração – valores fundamentais para a reconstrução do campo da sociedade civil frente aos ataques à democracia e aos direitos humanos.



LUIZA
JARDIM



é necessário saber
como reagir diante
das ameaças do
governo Trump

NÃO
CONSEGUEM
ORGANIZAR
REAÇÃO

AJUDA HUMANITARIA
SUSPENSÃO
SOCIEDADE CIVIL NORTE AMERICANA

SILENCIADA

Decreto de Suspensão da destinação de Recursos para as áreas de

~~IGUALDADE~~
~~DIVERSIDADE~~

TRUMP

~~INCLUSÃO~~

OFF!!!

COERÇÃO

RETIRADA DE RECURSOS

INTIMIDAÇÃO

EM POUCO TEMPO
TRUMP DESFEZ MUITO
GRAVE!

Corte de
orçamento e
apoios nas áreas
de inclusão

3.2 - União Europeia: as novas encruzilhadas do desenvolvimento global

Por: Luiz Ramalho³

Os fundamentos que justificaram a existência da Cooperação internacional para o desenvolvimento atravessam um momento crítico. Atualmente a solidariedade; o combate à pobreza; a promoção de direitos e a sustentabilidade são aspectos sistematicamente questionados, instrumentalizados e deslegitimados. Movimentos que impactam diretamente o cenário da cooperação na Europa, especialmente na Alemanha, que historicamente tem sido um dos principais doadores da cooperação internacional, com forte influência sobre as diretrizes da União Europeia.

A compreensão desse movimento se fundamenta em três tendências sobre as quais esta reflexão está assentada. São elas: a crescente deslegitimação política e midiática da cooperação internacional, a sua instrumentalização geopolítica, e o surgimento de novas dinâmicas globais que desafiam o modelo tradicional de ajuda internacional. No que diz respeito à deslegitimação política e midiática da cooperação, o que se observa é que, tanto na Alemanha, quanto em outros países europeus, cresce a pressão para que os recursos da cooperação internacional sejam realocados em função de “interesses nacionais”. A narrativa populista do tipo “*o dinheiro dos nossos impostos deve ficar aqui*” tem ganhado força junto à opinião pública, alimentando campanhas contra programas de apoio no exterior. Casos específicos, como o de uma ciclovia financiada pela cooperação alemã no Peru – parte de uma estratégia de adaptação climática – foram amplamente explorados negativamente por veículos sensacionalistas. O projeto virou símbolo de uma suposta má alocação de recursos, mobilizando uma opinião pública cada vez menos favorável à cooperação internacional.

³PhD em Sociologia pela Universidade Livre de Berlim. Estudou em Frankfurt, Paris e Berlim. Presidente do Fórum Latino-Americano Berlim (LAF). Atua desde 1977 na cooperação internacional e desenvolvimento, com experiência em projetos para o governo alemão, Banco Mundial, União Europeia e ONGs.

Pesquisas recentes apontam que, pela primeira vez em décadas, o apoio da população alemã à cooperação caiu abaixo de 50%. Em 2023, cerca de 40% da população chegou a defender a extinção total do orçamento destinado à ajuda internacional. Processo que torna a cooperação vulnerável a ataques políticos e cortes orçamentários, especialmente em contextos de avanço da extrema direita.

A chamada **geopolitização da cooperação**, ou seja, o uso estratégico da ajuda internacional como instrumento de poder e controle vem ganhando força à medida em que a União Europeia vincula repasses de ajuda ao controle migratório, exigindo de países do Sul Global o retorno de refugiados como condição para o acesso a recursos. Esse mecanismo é visível também em declarações públicas de representantes da UE que afirmam, abertamente, que a cooperação será usada para beneficiar alianças estratégicas como a que se mantém com a Turquia, considerada uma peça-chave na contenção de fluxos migratórios.

Nos Estados Unidos, o desmonte da USAID reforça a tendência de colocar a cooperação em segundo plano. Já a China, em movimento inverso, vem se posicionando como uma “superpotência do desenvolvimento”, oferecendo infraestrutura e crédito a diversos países, sobretudo na África e na Ásia, o que será desenvolvido de forma mais ampla e detalhada ao longo de um espaço específico desse documento.

Em contrapartida às tendências apresentadas, reconhece-se dinâmicas como ascensão dos BRICS e de outros países do Sul Global, enquanto fatores que também interferem nas transformações da cooperação internacional. Com mais autonomia, protagonismo e capacidade de articulação, esses países vêm rejeitando condicionalidades impostas por países do Norte, propondo modelos alternativos de Cooperação Sul-Sul e mecanismos triangulares. Um rearranjo geopolítico que torna a cooperação um terreno de disputa entre blocos de poder.

Ainda assim, no contrato de coalizão do novo governo alemão, o Brasil é mencionado como um parceiro prioritário, ao lado de Argentina e México, embora isso não garanta, por si só, o aumento de fluxos financeiros ou a manutenção de programas consolidados.

Diante desse contexto desafiador, alguns caminhos precisam ser fortalecidos para evitar que a cooperação se torne apenas mais uma ferramenta de poder global:

Um deles é a **Transparência e honestidade**. É necessário *reconhecer os interesses que movem a cooperação*, assumindo que os países têm agendas próprias, mas que isso não precisa inviabilizar compromissos com a solidariedade e os direitos humanos internacionais.

Tornar os atores locais protagonistas das decisões numa perspectiva de Parcerias horizontais é essencial para reequilibrar o sistema de cooperação. Isso inclui valorizar saberes comunitários e garantir participação efetiva nos processos de negociação e definição de prioridades.

Apesar das tensões internas na União Europeia, ainda cabe a **defesa ao multilateralismo**, que segue como um dos pilares das políticas alemãs e europeias de cooperação. Advogar em favor de fóruns globais, como a ONU e a COP, ainda representa uma possibilidade concreta de articulação política e técnica entre países do Sul e do Norte.

Para conter o avanço de narrativas populistas, a **disputa do debate público** ganha materialidade à medida em que se reconhece como fundamental que a sociedade civil internacional mobilize argumentos sólidos e histórias reais de transformação promovidas pela cooperação internacional, especialmente aquelas vinculadas à justiça climática, aos direitos territoriais e à democracia.

A cooperação internacional está numa encruzilhada histórica. De um lado, vê-se o risco de sua transformação definitiva em instrumento de influência geopolítica, regulado por alianças estratégicas, interesses securitários e disputas comerciais. De outro, permanece a possibilidade de resgatar seu papel como promotora da equidade global, da democracia e da sustentabilidade.

O futuro da cooperação dependerá da capacidade dos atores do Sul Global de construir alianças verdadeiras, disputar narrativas e influenciar os rumos de um sistema em crise, mas ainda cheio de potência transformadora.

EXTREMA DIREITA e POPULISMO

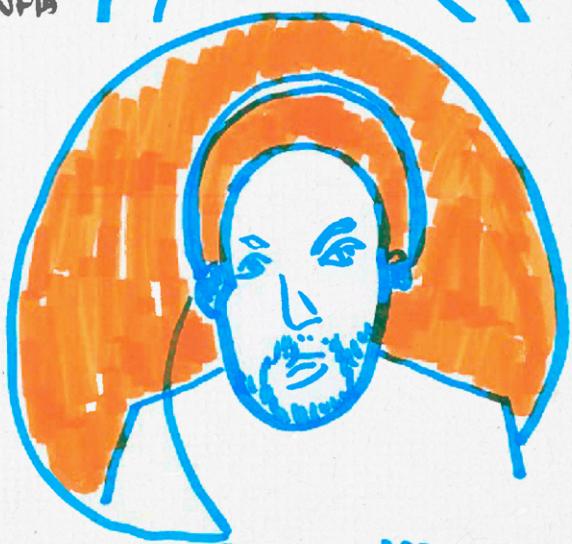
Força aliadas ou Rompe aliadas

A ALEMANHA É O MAIOR PESO NA UNIÃO EUROPEIA E TAMBÉM NA FILANTROPIA

Faz manobras para que a cooperação fortaleça os amigos do Poder



Geopolítica instrumentaliza a Cooperação internacional criminalizar narrativas da extrema direita da cooperação internacional



LUIZ RAMALHO
Sociólogo

3.3 - A posição da Suíça e os efeitos para a América Latina

Por: Fabiana Kuriki⁴

Apesar de seu pequeno território, a Suíça está entre os dez maiores países do mundo em termos de cooperação internacional e ajuda humanitária. Atualmente, o foco da política externa suíça recai, sobretudo, sobre relações bilaterais, fortalecimento de sistemas multilaterais e apoio humanitário. Essa última dimensão, aliás, é tratada como eixo central da atuação internacional do país.

No entanto, as transformações em curso no norte global, afetam diretamente a atuação suíça, especialmente na sua relação com países da América Latina. Em 2023, o governo suíço anunciou sua saída definitiva da região, após 60 anos de cooperação. Uma decisão acompanhada por diversas reestruturações, e movidas por fatores como a guerra na Europa, os cortes em apoios internacionais promovidos pelo governo dos Estados Unidos e o reposicionamento estratégico do país diante de novas prioridades globais.

Sendo assim, diz respeito à presença da Suíça na América Latina, esta passou a ser residual. Permanecem ativos: um escritório humanitário com foco em paz e segurança na Colômbia e Venezuela; um hub temático no Peru voltado às mudanças climáticas e à ajuda humanitária em desastres; e a Secretaria de Relações Econômicas, também no Peru. O Brasil, por sua vez, já se encontra fora da agenda prioritária da cooperação há algum tempo.

O programa de cooperação internacional governamental Suíça para o ciclo 2025 - 28, confirma as escolhas relacionadas às interações com a América Latina. Cerca de 87% dos recursos previstos serão destinados a outros continentes. Apenas 5% serão aplicados em cooperação com organizações não governamentais internacionais e intermediárias, ou seja: que atuam em parceria com entidades da sociedade civil nos países do sul global. Dessa pequena fatia, somente 10% poderá ser utilizado em países considerados não prioritários.

Mesmo com um leve aumento (0,17%) no orçamento de cooperação internacional em relação ao período anterior, 1,5 milhão de francos suíços foram redirecionados para a Ucrânia, especialmente para fins de defesa. Em janeiro, o parlamento suíço anunciou mais um corte de 110 milhões de francos destinados a organizações sociais até 2028, reafirmando a contínua redução de apoio a esse setor.

Do ponto de vista temático, a cooperação governamental Suíça concentrará investimentos em educação vocacional, área fortemente valorizada no país, e em saúde, com prioridade para o Fundo Global de Combate à AIDS, Tuberculose e Malária. Em contrapartida, o fundo voltado à promoção da cultura – especialmente importante para artistas independentes da América Latina – será descontinuado em médio prazo.

⁴Fabiana Kuriki é comunicadora social, com pós-graduação em Estudos Africanos pela Universidade de Basel. Coordena programas no Brasil e Colômbia e a área de monitoramento e avaliação na Terre.

No campo das relações multilaterais, a Suíça anunciou a **descontinuidade de parcerias com instituições como a UNESCO, OMS, PNUD, ONU Mulheres e o GPE - Parceria Global para Educação**, com cortes entre 20% e 25% nos recursos a partir deste ano. Essa retração tem impacto direto tanto nas organizações do Sul global, quanto nas entidades locais suíças que atuam em ações humanitárias, apoio a migrantes e refugiados, e na implementação de programas de cooperação internacional. Estima-se que o orçamento global do país destinado a organizações sociais cairá de 60 milhões para 40 milhões de francos suíços ao longo dos próximos quatro anos.

Segundo dados do *Financial Tracking Service*, do Escritório de Coordenação de Ajuda Humanitária da ONU, a distribuição dos recursos da Suíça evidencia a concentração em áreas como proteção humanitária e segurança alimentar. A agenda climática aparece, mas com menor peso. O recuo em áreas como cultura, diversidade e direitos humanos, antes fortalecidas pela cooperação suíça, é perceptível.

Além dos cortes, cresce um movimento político interno de **maior controle sobre organizações que atuam com agendas de direitos**. Em 2024, o Partido Liberal suíço propôs um mecanismo de fiscalização mais rigoroso sobre organizações que assumem posicionamentos políticos, levantando preocupações sobre o risco de criminalização da sociedade civil.

Diante desse cenário, é fundamental que as organizações da sociedade civil latino americanas e suas parceiras internacionais atentem para intervir de forma estratégica, e nessa direção, alguns caminhos possíveis podem ser considerados, dentre os quais:

- **Buscar e fortalecer parcerias com organizações que ainda operam com recursos da cooperação suíça**, ampliando possibilidades de cofinanciamento;
- *Explorar fundos temáticos remanescentes (como os voltados à saúde ou à educação vocacional), redirecionando ações para áreas elegíveis sem perder o foco nos direitos humanos.*
- **Participar ativamente da construção de novos instrumentos financeiros**, pressionando por critérios mais equitativos e acesso direto aos recursos, especialmente por organizações indígenas, locais e de base comunitária;
- *Acompanhar e denunciar iniciativas que visem restringir o espaço de atuação das OSCs com base em critérios políticos.*

Mesmo sendo um país de dimensão geográfica reduzida, a Suíça ainda exerce influência significativa no campo da cooperação internacional. Por isso, suas decisões e reconfigurações políticas têm repercussões amplas. A saída da América Latina e o redirecionamento de prioridades representam um alerta sobre o futuro da cooperação internacional em um mundo cada vez mais marcado por disputas políticas, conservadorismo e retração de direitos.



FABIANA
KURIKI
TERRE DES
HOMMES

A UCRÂNIA É A MAIOR BENEFICIADA EM APOIO QUE A MAIOR PARTE DOS PAÍSES DO MUNDO



MAIOR DESTINAÇÃO DE RECURSOS PARA UCRÂNIA



SUSPENSÃO DOS FUNDOS VOLTADOS PARA CULTURA E SAÍDA DE INVESTIMENTOS NA AMÉRICA LATINA

Espírito

3.4 - A cooperação internacional chinesa: estratégias, limites e possibilidades

Por: Maria Elena Rodriguez⁵

A China ocupa um lugar cada vez mais relevante no cenário da cooperação internacional, embora apresente características muito distintas dos modelos tradicionais praticados por países do Norte global.

Ao longo das últimas décadas, a China passou de país receptor de ajuda internacional para um dos principais atores da cooperação Sul-Sul, moldando suas ações a partir de uma concepção fortemente ligada ao crescimento econômico e à expansão das infraestruturas globais.

A partir dos anos 1980, o país retomou sua inserção no sistema internacional, passando a integrar instituições como o Fundo Monetário Internacional e a ONU. Esse movimento marcou a transição de uma postura isolacionista para uma atuação externa mais ativa, inicialmente como país em desenvolvimento e receptor de recursos.

A virada ocorre especialmente entre 2010 e 2017, quando a China experimenta forte crescimento econômico e assume papel proeminente na cooperação internacional. Em 2018, foi criada a **Agência Chinesa de Cooperação Internacional para o Desenvolvimento**, marco institucional que consolida a atuação externa do país nesse campo.

A visão chinesa de cooperação para o desenvolvimento está ancorada na ideia de crescimento econômico, com forte ênfase em infraestrutura e grandes obras. Sua lógica é predominantemente bilateral – Estado a Estado – e inclui instrumentos como **acordos econômicos, empréstimos, financiamentos e linhas de crédito**. Bancos estatais como o China Development Bank e o Banco Asiático de Investimento em Infraestrutura desempenham papel estratégico nesse processo.

A partir da criação da agência, dois eixos ganham destaque, sendo o primeiro deles a **Manutenção do foco em infraestrutura e crescimento econômico**, especialmente em países da Ásia e África; e um segundo relacionado ao **Fortalecimento da relação com o sistema multilateral**, incluindo compromissos com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável - ODS's e o financiamento a mais de 20 agências das Nações Unidas.

Durante a pandemia de COVID-19, a China ampliou significativamente seu financiamento à OMS, à FAO e a outras agências, cobrindo lacunas deixadas pela retração dos Estados Unidos. Esse movimento posicionou o país como um novo pilar financeiro do multilateralismo, mesmo com seu modelo centrado em interesses estratégicos nacionais.

⁵Diretora adjunta do BRICS Policy Center e coordenadora do LACID. Professora do IRI/PUC-Rio. Doutora em Sociologia (IESP-UERJ), bacharela em Direito e mestre em Direito ao Desenvolvimento pela Université de Genève.

Outro ponto relevante é a **Iniciativa Cinturão e Rota (Belt and Road Initiative)**, lançada em 2013, que já conta com a adesão de 149 países. A iniciativa viabiliza grandes projetos de infraestrutura financiados pelo governo chinês e suas estatais, com destaque para investimentos em transporte, energia e telecomunicações.

Nos últimos anos, no entanto, observa-se uma inflexão: a política externa chinesa passou a incluir os chamados “**projetos pequenos e bonitos**”, voltados a comunidades locais, com foco em bem-estar, inclusão e impacto direto na vida das pessoas. Essa mudança representa uma oportunidade estratégica, especialmente para países e organizações da América Latina.

Apesar disso, a América Latina ainda ocupa posição secundária nos investimentos chineses: cerca de 40% dos recursos vão para a África, 30% para a Ásia e apenas entre 8% e 10% são destinados à América Latina. Estima-se que existam cerca de 500 projetos ativos na região, número modesto se comparado a outras áreas de influência da China.

A cooperação chinesa segue priorizando a **intermediação via Estados ou agências multilaterais**, o que a distância de modelos mais descentralizados. Nesse sentido, é fundamental que as organizações da sociedade civil latino-americana explorem oportunidades de diálogo direto com a China, buscando se inserir em novas janelas de financiamento.

Diante desse cenário, algumas **propostas e caminhos para a sociedade civil** merecem ênfase:

- Acompanhar os movimentos da política externa chinesa para identificar oportunidades concretas de financiamento, especialmente no âmbito da Iniciativa Cinturão e Rota e dos “projetos pequenos e bonitos”;
- Negociarativamente com governos nacionais para que incluam demandas de organizações locais nas tratativas bilaterais com a China, assegurando que os investimentos reflitam prioridades territoriais;
- Articular-se em plataformas regionais e globais para incidir sobre os critérios da cooperação chinesa, ampliando a transparência e a efetividade dos projetos;
- Propor projetos de impacto social, ambiental e territorial alinhados à agenda da prosperidade ecológica defendida pelo governo chinês nos últimos anos.

Por fim, diante da disputa geopolítica entre China e Estados Unidos, a cooperação chinesa pode se ampliar nos próximos anos, especialmente em países em desenvolvimento. Trata-se de um campo em expansão, ainda permeado por assimetrias e desafios, mas que oferece **possibilidades concretas de incidência política e captação de recursos para projetos que buscam transformação social com base na justiça ambiental e no desenvolvimento sustentável**.



MARIA
ELENA
RODRIGUES
BRICS Policy CENTER

A COOPERAÇÃO
PARA CHINA ACONTECE
EM RELAÇÕES LATERAIS
EXTERNO A ESTADO



A CHINA SE DESTACOU
NA COOPERAÇÃO INTERNACIONAL
DURANTE A PANDEMIA
DE COVID



A CHINA
APOIA
ATRAVÉS
DAS NAÇÕES
UNIDAS +
ESTADOS

A CHINA PENSA
COOPERAÇÃO COMO
CRESCIIMENTO
ECONÔMICO



3.5 - Filantropia em tempos de recuo democrático: riscos, tensões e caminhos

Por: Jonathas Azevedo⁶

O atual cenário global impõe desafios significativos ao financiamento de organizações da sociedade civil, particularmente no campo da filantropia privada. As dinâmicas mais recentes, especialmente nos Estados Unidos, apontam um momento de alerta para fundações que tradicionalmente apoiam agendas de justiça social e direitos humanos.

Nos EUA, diversas fundações privadas têm sido aconselhadas a manter discrição diante do novo mandato do presidente Donald Trump. O receio é de que, ao se tornarem alvos do governo ou de seus aliados, passem a sofrer ataques à sua reputação, sejam envolvidas em campanhas de desinformação e, no limite, percam o status legal que viabiliza suas doações. Essa possibilidade afeta diretamente o fluxo de recursos destinados a movimentos sociais e organizações no mundo todo, já que muitas dessas fundações são financiadoras-chave da luta por direitos e justiça socioambiental em escala global.

É importante notar que a tendência de retração e reconfiguração da filantropia não começou com a nova administração americana. Já antes da posse de Trump, diversas fundações vinham anunciando cortes sob o argumento da realização de mudanças estratégicas ou realinhamentos internos. O atual contexto, porém, acentua **um processo já em curso de fragilização do financiamento às pautas de direitos**.

Além disso, o campo da filantropia enfrenta transformações estruturais. Um dos

⁶Jonathas Azevedo é graduado em Relações Internacionais (UFF), especialista em Ajuda Humanitária (PUC-Rio) e mestre em Inovação Social pela London School of Economics. Com 10 anos de experiência em gestão e avaliação de projetos no Brasil e no Haiti, é diretor executivo da Rede Comuá.

fenômenos em destaque é o surgimento de uma **nova geração de bilionários filantropos**, que assumem o controle de fundações ou criam suas próprias instituições. Ainda não é suficientemente nítido o comportamento desse novo perfil de doador, suas prioridades e o grau de compromisso com agendas de justiça social.

Observa-se também um crescente interesse por **investimentos de impacto**, que combinam retorno financeiro com impacto social. Alguns exemplos já se destacam nesse cenário, como o da filantropa Mackenzie Scott, cujos apoios discretos têm incluído recursos em fundos voltados a essa lógica híbrida.

Quando voltamos os olhos para a realidade brasileira, é possível perceber que o grau de preocupação é bastante alto. A filantropia corporativa e familiar tem demonstrado **baixo grau de posicionamento público diante dos cortes internacionais** e das ameaças ao campo da sociedade civil. Organizações como a Rede Comuá, que reúne iniciativas de filantropia comunitária e de justiça socioambiental no país, têm atuadoativamente na incidência sobre esse setor, **convocando fundações brasileiras a assumirem compromissos mais claros e efetivos com o apoio a movimentos sociais**. Em recente boletim publicado junto à rede GIFE, a Rede Comuá reforçou a necessidade de que a filantropia nacional **amplie seus aportes e alinhe seus recursos às lutas por direitos humanos e justiça socioambiental**, principalmente diante da retração de outras fontes de financiamento.

Apesar do cenário adverso, há reações que precisam ser enfatizadas aqui. Algumas fundações anunciaram aumentos em seus volumes de doação para 2025. A Fundação MacArthur, por exemplo, declarou que dobrará seu orçamento para doações este ano. Já a Bloomberg Philanthropies assumiu novamente o compromisso de cobrir os custos da participação dos Estados Unidos na convenção da ONU sobre mudanças climáticas, repetindo o gesto realizado no mandato anterior de Trump.

Além das doações emergenciais, cresce também a pressão por **liberação de recursos acumulados em fundos patrimoniais** das grandes fundações. Pela legislação norte-americana, o percentual mínimo obrigatório de doações é de 5% ao ano. Mesmo com iniciativas como a da Fundação MacArthur, que elevará esse índice para 6%, **ainda existe uma lacuna significativa entre o volume disponível e o efetivamente doado**, o que vem sendo duramente criticado por movimentos sociais.

Organizações e redes de filantropia, como a Trust-Based Philanthropy Movement, têm se articulado internacionalmente para exigir maior compromisso do setor. Recentemente, a Council on Foundations – associação com mais de 900 instituições nos Estados Unidos – publicou um manifesto em defesa do “direito de doar”, fazendo referência direta à Primeira Emenda da Constituição americana. O documento já conta com o apoio de fundações como Ford e Open Society.

O contexto atual exige não apenas respostas emergenciais, mas **uma reconfiguração estratégica do campo filantrópico que valorize iniciativas comunitárias, redes territoriais e sistemas de ajuda mútua baseados na solidariedade internacional**.

Nesse sentido, algumas direções vêm ganhando força e devem ser fortalecidas:

- **Pressionar fundações e investidores sociais a adotarem práticas de doação mais ousadas e baseadas na confiança**, descentralizando o controle e ampliando o apoio direto a comunidades e movimentos;
- *Apoiar a consolidação de um “sistema emergente” de cooperação, construído por coletivos, povos indígenas, comunidades tradicionais e redes territoriais*, que já atuam a partir de princípios de solidariedade e justiça ambiental;
- **Exigir maior transparência e comprometimento da filantropia com o financiamento direto e desburocratizado de ações transformadoras**, especialmente em contextos onde a filantropia de extrema-direita avança com recursos significativos.

Dados recentes revelam que, só em 2023, mais de 1 bilhão de dólares foram doados por organizações conservadoras nos EUA para impedir o acesso de eleitores às urnas, atacar direitos sexuais e reprodutivos e financiar grupos antidemocráticos. Esse campo está articulado e em expansão. Por isso, é urgente que o setor filantrópico progressista **também se organize, se posicione e atue de forma estratégica e articulada**.

O futuro da filantropia, e da própria democracia, dependerá da capacidade coletiva de construir **modelos de financiamento comprometidos com os direitos humanos, a justiça social e o fortalecimento de vozes históricas silenciadas pelo sistema tradicional**.

CRIMINALIZAÇÃO

DAS ONGS E DA ATUAÇÃO DA
SOCIEDADE CIVIL ORGANIZADA
FAZ PARTE DA ACÃO DELIBERADA



QUAL SERIA O PAPEL DA FILANTROPIA PARA A SOLIDARIEDADE E FORALECIMENTO DOS SISTEMAS EMERGENTES?

HÁ MUITA PRESSÃO SOBRE A FILANTROPIA

DA

EXTREMA DIREITA

A SOCIEDADE CIVIL É INTIMIDA PELO PODER POLÍTICO

NOVOS BILIONÁRIOS CRIAM NOVAS FUNDACÕES IDEOLÓGICAS E ATRELADAS A AGENDA

REGRESSIVA

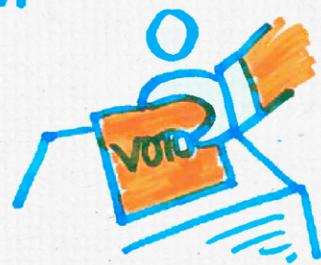
A TENDÊNCIA DE CORTAR RECURSOS PARA COOPERAÇÃO E SOLIDARIEDADE É ANTERIOR A TRUMP

BACK TO 1933



TEMOS QUE INVESTIR SÓ AQUI! SÓ EM NÓS

1 BILHÃO DE DÓLARES
PARA IMPEDIR



É NECESSÁRIO PENSAR UM SISTEMA PARA ALÉM DAS COOPERAÇÕES INTERNACIONAIS



JONATHAS AZEVEDO

Rede Comunitária

IV - Sementes do pensar coletivo⁷

O avanço da extrema-direita em diversas regiões do mundo tem gerado impactos significativos sobre o campo da cooperação internacional. Um dos efeitos mais preocupantes é a apropriação de fundos e a criação de estruturas próprias de filantropia por parte desses grupos, voltadas à promoção de pautas conservadoras. Essa movimentação reduz o espaço de financiamento para organizações progressistas, especialmente aquelas comprometidas com direitos humanos, justiça social e equidade.

Diante desse cenário, urge a construção de novos modelos de cooperação e financiamento baseados na experiência concreta de coletivos e organizações do Sul Global. Esses modelos devem valorizar práticas de resistência e resiliência, com ênfase na autonomia política e na sustentabilidade econômica das organizações de base.

No cenário asiático, um universo novo para a interlocução da sociedade civil na América Latina, a China tem consolidado um modelo de cooperação internacional centrado no crescimento econômico e em grandes projetos de infraestrutura, realizados, sobretudo, via acordos bilaterais entre Estados. O protagonismo é das empresas estatais e dos bancos chineses, restringindo a participação da sociedade civil. Embora se tente incluir projetos de menor escala, voltados às comunidades locais, essa diversificação não se traduz em uma prioridade para a América Latina. A estrutura de cooperação chinesa reflete o próprio funcionamento interno do país, onde a atuação das organizações da sociedade civil é limitada e controlada pelo Estado. O modelo, portanto, difere das práticas adotadas por democracias ocidentais, onde há maior protagonismo da sociedade civil organizada.

Frente a esse contexto internacional, o fortalecimento do financiamento de organizações da sociedade civil se mostra cada vez mais essencial, sobretudo em ambientes marcados pelo conservadorismo e pela retração de recursos. Iniciativas baseadas na confiança, como fundos comunitários e territoriais, oferecem alternativas viáveis e sustentáveis. O Brasil, por exemplo, já conta com um ecossistema sólido de fundos de direitos humanos, incluindo iniciativas indígenas e quilombolas, que podem servir como referência para experiências em outras regiões do mundo. Esses mecanismos, por sua conexão direta com os territórios e com as demandas concretas das populações, demonstram maior capacidade de promover justiça social e inclusão.

⁷Síntese a partir das questões levantadas durante o debate.

As mudanças climáticas, por sua vez, continuam a ocupar papel central na agenda global de cooperação. Na Europa, eventos climáticos extremos já afetam diretamente a população, o que deve impulsionar a busca por soluções conjuntas e integradas. A Conferência do Clima – COP30, com sede no Brasil, representa uma oportunidade estratégica para recolocar a pauta ambiental como parte indissociável da defesa dos direitos humanos. Nessa direção, é imprescindível garantir a participação ativa da sociedade civil e o reconhecimento dos saberes de povos indígenas, quilombolas e comunidades tradicionais, que historicamente têm cuidado dos biomas com práticas sustentáveis.

O Brasil pode contribuir de forma significativa com essa agenda internacional, especialmente ao apresentar ao mundo suas tecnologias, metodologias e práticas voltadas à justiça climática, incluindo o financiamento não governamental. Experiências como as da Rede Comuá, dos fundos de direitos humanos, e dos fundos indígenas e quilombolas são exemplos de como é possível articular financiamento e protagonismo comunitário em resposta às emergências socioambientais. A valorização e a internacionalização dessas iniciativas fortalecem uma agenda climática justa, inclusiva e sensível às realidades locais.

V - O que as tessituras nos indicam

A escuta atenta e o entrelaçar de experiências, as ideias, acúmulos e desafios partilhados até aqui, oferecem fios que apontam caminhos possíveis. Mais do que receitas, o que emerge são sinais – estratégias, cuidados e articulações que podem fortalecer a ação, seja numa perspectiva institucional, seja em dinâmicas coletivas, diante de um cenário de incertezas, disputas e transformações na cooperação internacional.

Neste tópico, reunimos algumas dessas indicações: frutos do experienciado, refletido e compartilhado durante a Roda de Diálogo que originou essa publicação. Um espelhamento da resistência cotidiana e do desejo de seguir tecendo, juntos, um futuro mais justo e solidário. Para facilitar a compreensão, cada grupo de recomendações está abrigado em um título que expressa a que aspecto maior se referem.



Multilateralismo e Reposicionamento Global da Cooperação

- Defender o multilateralismo como pilar da cooperação, inclusive em contraposição ao conservadorismo e à geopolítica de exclusão.
- Ampliar o debate sobre financiamento climático e sua conexão com agendas de direitos, especialmente no contexto da COP30.
- Fortalecer alianças com movimentos territoriais e indígenas, que vêm propõndo modelos próprios de financiamento (ex: fundos comunitários e plataformas territoriais).
- Aproveitar oportunidades de articulação com países do Sul Global para fomentar a cooperação Sul-Sul.



Filantropia Privada e Sustentabilidade Financeira

- Pressionar fundações privadas para ampliar suas doações e adotar práticas mais ousadas e baseadas na confiança.
- Cobrar maior transparência e liberação dos fundos patrimoniais (endowments) que ficam retidos rendendo capital e não sendo doados.

- Acompanhar a atuação da nova geração de bilionários que estão criando suas próprias fundações – e influenciar o destino desses recursos.
- Criar e fortalecer redes e articulações comunitárias que proponham novos modelos de financiamento autônomo.
- Monitorar o avanço da filantropia de extrema-direita, que já canaliza bilhões para agendas antidemocráticas e conservadoras.



Incidência Política e Defesa da Sociedade Civil

- Articular narrativas do Sul Global que evidenciem os impactos positivos da cooperação internacional baseada em solidariedade e justiça.
- Organizar respostas à criminalização de ONGs e movimentos sociais, cada vez mais presentes nos discursos e práticas de governos conservadores.
- Reconhecer os interesses geopolíticos na cooperação e enfrentá-los com transparência e estratégia de longo prazo.



Fortalecimento da Sociedade Civil e Cooperação Horizontal

- Valorizar estratégias de ação coletiva e alianças entre organizações, como alternativa ao isolamento institucional.
- Pensar em novas formas de ajuda e cooperação, baseadas na escuta e na experiência dos territórios e coletivos locais.
- Organizar espaços permanentes de troca, escuta e reflexão conjunta entre parceiros da cooperação internacional.
- Defender o papel estratégico da sociedade civil nas democracias, especialmente no combate à desigualdade, à violência e à concentração de poder.



Advocacy, Comunicação e Segurança

- Avaliar o risco político de se posicionar publicamente em contextos de governos conservadores e autoritários.
- Oferecer treinamentos de segurança digital e para posicionamentos públicos para as equipes.

- Adaptar a linguagem dos projetos, sem perder os valores, para não serem automaticamente desqualificados em editais de governos adversos.
- Promover ações coletivas e alianças em rede como resposta à desmobilização orquestrada de ONGs.



Gestão de Risco e Planejamento Estratégico

- Elaborar um planejamento de risco estruturado, com definição de gatilhos e planos de contingência para cortes de financiamento.
- Evitar decisões movidas pelo pânico em momentos de crise; é importante antecipar cenários críticos.
- Adaptar programas presenciais para o formato online como resposta a cortes de orçamento.
- Avaliar com cautela a abertura de novas frentes de atuação em momentos de instabilidade: priorizar o que já se sabe fazer bem.
- Diversificar fontes de financiamento para não depender de um único repassador.
- Criar parcerias estratégicas com outras organizações para captar recursos em conjunto e ampliar elegibilidade a editais.
- Reduzir o uso de ferramentas pagas e rever custos operacionais diante de cortes.

O BRASIL ATRAI
INTERESSE
INTERNACIONAL
PORQUE TEM
METODOLOGIA
DE CONSERVAÇÃO
MOVIMENTOS
SOCIAIS
COMBATIVOS
E RESISTENTES

A AÇÃO
LOMBATIVA
DOS MOVIMENTOS
SOCIAIS
BRASILEIROS
DURANTE O
GOVERNO
BOLSONARO
INTERESSA
AO MUNDO

PRÁTICAS
EXITOSAS
SOCIOMBIENTAIS
E FUNDOS DE
FINANCIAMENTO

INDÍGENAS
E QUILOMBOLAS
SE DESTACAM
EM AÇÕES
COORDENADAS

SOLIDARIEDADE

O BRASIL TEM OPORTUNIDADE
ÚNICA DE LIDERAR E
ENFRENTAR O DEBATE
CLIMÁTICO
A CALAMIDADE
CLIMÁTICA EXIGE
DEBATE E AÇÃO
SOBRE O MODELO
DE DESENVOLVIMENTO
QUE PREVALECE

Qual é a defesa do
clima nós queremos?

FILANTROPIA
INDÍGENA, BASEADA
EM VALORES PRÓPRIOS

ECOSISTEMA DE
FUNDOS TERRITORIAIS

VI - Considerações finais

Este material nasce de uma escuta atenta e de um esforço coletivo para refletir criticamente sobre os caminhos atuais e futuros da cooperação internacional e sua relação com a sociedade civil brasileira. Em um momento de profundas transformações no cenário global, marcado pelo avanço de governos conservadores e pela criminalização de agendas voltadas à equidade, aos direitos humanos e à justiça socioambiental, reunir diferentes vozes e experiências para este diálogo se torna tão necessário, quanto urgente.

As contribuições reunidas nesta publicação – originadas na roda de diálogo promovida pelo PAD - trouxeram análises densas e complementares sobre os impactos sistêmicos da retração da cooperação internacional e os desafios colocados à atuação das organizações sociais no Brasil e no mundo.

Diversas manifestações do público ao longo do encontro reiteraram o valor desse espaço como um território fértil de escuta, articulação e aprofundamento. Comentários destacaram a importância de refletir coletivamente sobre as implicações do cenário conservador no financiamento da sociedade civil e no enfrentamento das desigualdades globais.

Os conteúdos que compõem essa publicação convocaram, todo o tempo, a ir além da análise dos cortes orçamentários ou da reconfiguração institucional da cooperação. Há uma disputa estratégica em curso, orientada a restringir a autonomia e a capacidade de incidência da sociedade civil. Em resposta, emerge a urgência de construir e fortalecer alianças amplas, plurais e solidárias que sustentem ações coordenadas e de longo prazo.

Entender as dinâmicas que balizam a atuação da cooperação internacional, no entanto, é algo que não pode se dar com profundidade sem um concomitante aprofundamento quanto aos limites e contradições da governança climática internacional, especialmente quanto à distribuição dos recursos e à coerência das agendas multilaterais.

A proximidade da COP30, a ser realizada em Belém, em 2025, revela-se uma oportunidade crucial para reafirmar a centralidade das vozes do Sul Global nos debates sobre transições ecológicas justas, sobretudo em um cenário em que políticas conservadoras vêm impactando diretamente organizações socioculturais da América Latina, onde, há tempos deixa de ser uma ameaça o cenário de criminalização das lutas por direitos e do trabalho de base em territórios historicamente negligenciados.

Em uma leitura atualizada sobre o papel e os dilemas da filantropia privada, em meio a pressões conservadoras, concentração de poder e o surgimento de sistemas alternativos de cooperação construídos por coletivos e comunidades, conclui-se

que a aposta vem sendo cada vez mais em formatos horizontalizados, transparentes e enraizados de financiamento, enquanto uma direção concreta e necessária.

Durante as interações realizadas por ocasião da Roda de Diálogo que subsidiaram essa publicação, é importante destacar o quanto a qualidade das reflexões foi reconhecida pelo público, que reforçou, em coro uníssono, a necessidade de outros espaços capazes de articular conhecimento, prática política e ação coletiva.

A participação brasileira foi apontada como referência de resistência e criatividade diante de ciclos regressivos, e a iniciativa do PAD especialmente valorizada, por sua capacidade de reunir vozes diversas e interconectadas, articular territórios e abrir caminhos de colaboração entre organizações sociais do Brasil e do mundo.

Encerramos, portanto, esse diálogo, reiterando que futuro da cooperação internacional não está dado. Ele será construído na medida da nossa capacidade de disputar sentidos, produzir alianças verdadeiras e defender os valores que deram origem à solidariedade internacional como prática política. A continuidade dessa construção exigirá escuta, coragem e articulação entre povos, organizações e saberes. E seguirá sendo, acima de tudo, um compromisso com a democracia, com a justiça social e com a construção de futuros mais equitativos.

PAD– Processo de Articulação e Diálogo

Realização:



Apoio:

